

STF pede autorização para abrir processo contra ACM

Solicitação decorre de queixa-crime apresentada por ex-diretor do BB

BRASÍLIA – Empenhado em atacar seu desafeto Jader Barbalho, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também pode ser obrigado a dar explicações na Justiça. O ministro Sydney Sanches, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu licença ao Senado para abrir processo contra ACM. A medida decorre de queixa-crime apresentada pelo ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil (BB) Ricardo Sérgio de Oliveira.

Segundo o STF, Ricardo Sérgio resolveu acionar o Supremo após ACM ter feito acusações na imprensa contra ele. No Brasil, um parlamentar só pode

ser processado com a autorização dos outros congressistas.

O senador teria afirmado que Oliveira recebeu propina de empresas que integraram o consórcio Telemar, que adquiriu o controle da telefonia no Rio de Janeiro. No pedido, o ex-diretor do BB sustenta que ACM praticou o crime de calúnia, previsto na Lei de Imprensa. Ricardo Sérgio, contudo, pode ter dificuldades em atingir seu objetivo porque o artigo 53 da Constituição estabelece que “os deputados e senadores

são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos”.

Imagem – A despeito de suas dificuldades, ACM manteve a ofensiva e afirmou que Jader não conseguiu defender-se das acusações de envolvimento no desvio de verbas do Banpará e da Sudam, e isso obriga a Casa a agir para preservar a própria imagem. Segundo ele, a briga contra Jader não é mais sua, mas da própria instituição, que estaria correndo o risco de ficar desacreditada perante a opinião pública. Disse que está disposto a apoiar um movimento para afastar Jader da presidência do Senado, mas não vai encabeçar nenhuma iniciativa nesse sentido.

“A luta é do Senado”, argumentou. “Já fiz a minha parte e agora estou pronto para colaborar.” ACM ressaltou que nem mesmo os aliados mais

PEFELISTA
DEFENDE
SAÍDA
DE JADER

fiéis de Jader se manifestaram para apoiar seu discurso, “que não o defendeu de nada”. Ele também apontou como “grave” o fato de o presidente do Senado ter incluído nas alegações para justificar o fracasso de projetos da Sudam a propina que seria cobrada por empresários de São Paulo. No seu entender, a generalização feita por Jader em seu pronunciamento obriga-o a apresentar provas do que disse. **(Eugênia Lopes, Rosa Costa e Mariângela Gallucci)**